

Contribuições da Psicologia para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva: Uma revisão integrativa

Ana Karolina Alves Brito¹ e Joseleno Vieira Santos²



10.56238/rcsv14n3-023

RESUMO

A Psicologia do Desenvolvimento tem desempenhado um papel crucial na compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, sendo fundamental para a prática educacional. No contexto da educação inclusiva, que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais ou necessidades especiais, os conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento tornam-se ainda mais relevantes. Este estudo propõe-se a investigar como a integração desses conhecimentos na formação inicial de professores pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. A formação de professores para atuar em contextos inclusivos é um desafio contemporâneo que requer uma abordagem interdisciplinar e uma compreensão profunda dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, a Psicologia do Desenvolvimento oferece um arcabouço teórico e prático que pode enriquecer significativamente a preparação dos futuros docentes, capacitando-os a reconhecer e atender às diversas necessidades educacionais de seus alunos. Tendo como objetivo analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que envolveu a busca de artigos científicos em bases de dados eletrônicas e a análise de conteúdo dos textos selecionados. Os resultados mostraram que a Psicologia pode contribuir significativamente para a formação de professores inclusivos, destacando a importância da compreensão do desenvolvimento humano e das necessidades especiais dos estudantes. Além disso, a Psicologia pode ajudar a promover uma cultura inclusiva nas escolas, apoiando a mudança de atitudes e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Em conclusão, a Psicologia é uma ferramenta fundamental para a implementação efetiva da educação inclusiva, pois pode contribuir para a formação de professores capacitados a atender às necessidades de todos os estudantes.

Palavras chave: Contribuições da Psicologia, Educação inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, como ciência, dedica-se ao estudo do comportamento e dos processos mentais, e têm contribuído significativamente para a compreensão do desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. Ao longo de sua trajetória histórica, diferentes abordagens teóricas e metodológicas surgiram, cada uma trazendo perspectivas distintas sobre os fatores que influenciam o crescimento e a mudança ao longo da vida. Nesse contexto, a Psicologia do Desenvolvimento emerge como um campo específico que investiga as transformações comportamentais, cognitivas e emocionais que ocorrem desde a concepção até a morte. Este campo busca compreender como as pessoas crescem

¹ Pontifícia Universidade Católica de Goiás

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás

e mudam em diferentes estágios da vida, considerando tanto os aspectos biológicos quanto os contextos sociais e culturais que influenciam esse desenvolvimento (Borges, 1987).

2 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Historicamente, a psicologia tem suas raízes na filosofia, com pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles explorando questões relacionadas à mente e ao comportamento humano. No entanto, a psicologia como uma disciplina científica independente começou a se consolidar no final do século XIX. Wilhelm Wundt, frequentemente considerado o "pai da psicologia experimental", fundou o primeiro laboratório de psicologia em Leipzig, Alemanha, em 1879, marcando o início formal da psicologia como ciência empírica. Wundt e seus seguidores focaram na análise da consciência e dos processos mentais através da introspecção controlada, estabelecendo as bases para futuras investigações científicas (Araujo, 2020).

Ao longo do século XX, a psicologia passou por diversas transformações teóricas e metodológicas. O behaviorismo, liderado por John B. Watson e B.F. Skinner, enfatizou o estudo do comportamento observável e mensurável, rejeitando a introspecção como método científico (Strapasson & Carvalho, 2021). Em contraste, a psicologia cognitiva, que emergiu nas décadas de 1950 e 1960, trouxe de volta o foco nos processos mentais internos, como pensamento, memória e resolução de problemas, utilizando métodos experimentais rigorosos para investigar esses fenômenos (Cândido & Massimi, 2016). Paralelamente, a psicologia social e a perspectiva sócio-histórica, influenciadas por teóricos como Lev Vygotsky, destacaram a importância do contexto cultural e social no desenvolvimento psicológico. Vygotsky(2009) argumentou que o desenvolvimento cognitivo é mediado por interações sociais e ferramentas culturais, como a linguagem, e que a aprendizagem é um processo fundamentalmente social. Essa abordagem enfatiza que os processos psicológicos não podem ser compreendidos isoladamente, mas devem ser analisados dentro do contexto histórico e cultural em que ocorrem.

3 EDUCAÇÃO

Nesse sentido, a educação, como um processo de aprendizagem, vai além dos limites da escola formal. Vygotsky (1989) considera a educação como um processo fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos indivíduos, destacando a influência significativa do contexto social e cultural na aprendizagem e no progresso cognitivo. Na perspectiva do autor, a interação social desempenha um papel crucial na formação do pensamento e da aprendizagem. Ele argumenta que as crianças constroem seu conhecimento por meio da interação com outras pessoas mais experientes, em um processo de colaboração e mediação. Estas interações sociais

e culturais são importantes para o desenvolvimento de competências cognitivas e para a compreensão de conceitos e ferramentas culturais.

A educação é um processo de desenvolvimento humano contínuo e formação em diversos aspectos como intelectual, moral, social e emocional. Segundo Vygotsky (1989), a educação não se limita ao ambiente escolar, mas está presente em todas as interações sociais e culturais de uma pessoa. Isto ocorre ao longo da vida e envolve a transmissão de conhecimentos, valores, competências e atitudes ao longo de gerações. Através da educação, as pessoas adquirem competências que as capacitam a interagir com o mundo de forma consciente, crítica e responsável, contribuindo para o seu crescimento pessoal e para o progresso da sociedade como um todo.

Marques (2016) ressalta que as pessoas são inseridas e educadas em uma realidade social e cultural desde a sua mais tenra idade, de modo que a constituição humana acontece de forma educativa em um contexto social, o que é conhecido como processo histórico-cultural. Sob essa perspectiva, todas as instituições sociais se tornam espaços educativos naturais e constantes. A educação se dá na cultura dos grupos sociais, sendo fundamental para a compreensão de processos educativos. A educação é vista como responsável pela afirmação das identidades pessoais no mundo das tradições culturais e no espaço de convívio social (Marques, 1993). Schönardie (2014) complementa, destacando que as identidades individuais são moldadas pelos elementos presentes no ambiente social e cultural, enraizadas nas tradições culturais dos grupos em que as pessoas estão inseridas. Assim, a educação não apenas forma indivíduos, mas também é responsável por fortalecer e afirmar suas identidades pessoais dentro do contexto social e cultural em que estão imersos.

Portanto, a educação é vista como um processo de construção de significados, valores e conhecimentos, mediado pela interação social e cultural. Os sujeitos são influenciados pelo meio em que estão inseridos, absorvendo e internalizando elementos da cultura e da sociedade ao seu redor. Os adultos desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são responsáveis por mediar a aprendizagem e transmitir os conhecimentos acumulados ao longo da história. A interação entre os sujeitos, sejam adultos ou crianças, é essencial para a construção e reconstrução do conhecimento, promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O processo educativo na perspectiva histórico-cultural é dinâmico, colaborativo e contextualizado, envolvendo a interação constante entre os sujeitos e o ambiente social e cultural em que estão inseridos. Ele visa não apenas à transmissão de informações, mas também ao desenvolvimento integral dos indivíduos, preparando-os para a vida em sociedade.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem ganhado destaque como um movimento que visa garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, necessidades especiais ou origem social. Historicamente, a educação especial era caracterizada por práticas segregacionistas, onde alunos com deficiências eram frequentemente isolados em instituições especializadas, afastados do convívio com seus pares sem deficiência. Esse modelo começou a ser questionado a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento de movimentos pelos direitos civis e a crescente conscientização sobre os direitos humanos.

No contexto social, a educação inclusiva emergiu como uma resposta às demandas por igualdade e justiça social. A Declaração de Salamanca, adotada em 1994, foi um marco significativo, afirmando que "as escolas regulares com essa orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos" (UNESCO, 1994).

Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento da ideia de uma Educação Inclusiva passou por várias fases. Inicialmente, havia uma completa exclusão das pessoas com deficiência do sistema educacional. Posteriormente, surgiu a fase da segregação, com a criação de escolas especiais. A partir da década de 1970, começou-se a falar em integração, onde os alunos com deficiência eram inseridos nas escolas regulares, mas esperava-se que eles se adaptassem ao sistema existente. Finalmente, a partir da década de 1990, surge o conceito de inclusão, que propõe uma reestruturação do sistema educacional para acolher todos os alunos (Mantoan, 2003).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia o direito de todos à educação, mas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que a educação especial passou a ser considerada uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Outras legislações importantes incluem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que orienta os sistemas de ensino a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas regulares (Brasil, 2008), e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reforça o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino (Brasil, 2015).

Do ponto de vista educacional, a implementação da educação inclusiva requer uma reestruturação significativa das práticas pedagógicas, da formação de professores e da infraestrutura escolar. Isso inclui a adoção de currículos flexíveis, metodologias de ensino diversificadas, avaliações adaptadas e o uso de tecnologias assistivas (Glat & Pletsch, 2011).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem se posicionado a favor da educação inclusiva e do papel do psicólogo nesse contexto. Em 2019, o CFP lançou uma cartilha intitulada "Psicologia

Escolar e Educacional: Contribuições para a Educação Inclusiva", que destaca a importância do psicólogo na promoção de uma cultura inclusiva nas escolas, no apoio aos professores e no trabalho com as famílias (CFP, 2019).

As Pessoas com Deficiência (PcDs) são indivíduos que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2006). No contexto educacional, os PcDs têm direito a uma educação inclusiva, que lhes proporcione oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento em igualdade de condições com os demais estudantes.

Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos na implementação efetiva da educação inclusiva. Estes incluem a necessidade de maior investimento em formação de professores, adaptação de infraestruturas escolares, desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e mudança de atitudes e preconceitos em relação às pessoas com deficiência (Carvalho, 2014).

Experiências bem-sucedidas de educação inclusiva têm mostrado que, quando implementada adequadamente, ela beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas todos os estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem mais rico e diversificado (Ainscow, 2009). No entanto, é importante reconhecer que a educação inclusiva é um processo contínuo, que requer constante reflexão, avaliação e aprimoramento das práticas educacionais.

4.1 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

O processo de formação inicial de professores no Brasil é regulamentado por diversas legislações que estabelecem diretrizes e orientações para a organização e o funcionamento dos cursos de licenciatura em diferentes níveis de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é o principal marco legal que define os princípios e finalidades da educação brasileira, incluindo a formação de professores (Brasil, 1996).

No que se refere à formação de professores para a educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, a LDB estabelece que essa formação deve ocorrer em nível superior, em cursos de licenciatura plena, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, até a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituídas pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, definem os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e

cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que os ofertam (Brasil, 2019).

Quanto à formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio, a LDB estabelece que essa formação deve ser realizada em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 1996). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012, também abordam a formação docente para essa modalidade de ensino (Brasil, 2012).

No âmbito do ensino superior, a LDB determina que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (Brasil, 1996). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2/2015, também se aplicam à formação de professores para o ensino superior, no que couber (Brasil, 2015). Além das legislações mencionadas, outros documentos, como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabelecem metas e estratégias relacionadas à formação e valorização dos profissionais da educação, visando garantir uma formação inicial e continuada de qualidade, bem como condições adequadas de trabalho e carreira (Brasil, 2014).

No entanto, apesar desse aparato legal, estudos têm apontado desafios e problemas na implementação efetiva dessas políticas. Gatti (2020) destaca que a formação inicial de professores no Brasil ainda enfrenta questões como a fragmentação curricular, a desarticulação entre teoria e prática, a falta de integração entre as instituições formadoras e as escolas de educação básica, além de problemas relacionados à valorização profissional e às condições de trabalho docente.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas de formação inicial de professores sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, considerando as demandas e os desafios da educação brasileira contemporânea. A superação desses desafios requer um esforço conjunto entre poder público, instituições formadoras, profissionais da educação e sociedade civil, visando à construção de uma formação docente sólida, crítica e comprometida com a transformação social e a promoção de uma educação de qualidade para todos.

4.2 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE PSICOLOGIA

O processo de formação inicial de professores de psicologia no Brasil tem sido influenciado por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas ao longo do tempo. Historicamente, a formação de professores de psicologia esteve atrelada aos cursos de graduação em psicologia, que foram regulamentados pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962). No entanto, foi a partir da

década de 1990 que a formação de professores de psicologia passou a ser discutida de forma mais específica, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

A LDB estabeleceu que a formação de professores para atuar na educação básica deve ocorrer em nível superior, em cursos de licenciatura plena. No caso da psicologia, a formação de professores para a educação básica deve ser realizada em cursos de licenciatura em psicologia ou em programas especiais de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior (Brasil, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011, também abordam a formação de professores de psicologia. Essas diretrizes determinam que a formação do professor de psicologia deve incluir conteúdos específicos da área, bem como conhecimentos didáticos e práticas de ensino (Brasil, 2011). No âmbito do ensino médio, a formação de professores de psicologia segue as mesmas diretrizes estabelecidas para a educação básica. Já para a educação profissional técnica de nível médio, a formação de professores de psicologia deve ser realizada em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 1996).

Para o ensino superior, a LDB determina que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (Brasil, 1996). Os professores de psicologia que atuam no ensino superior, portanto, devem ter formação em nível de pós-graduação, preferencialmente em programas *stricto sensu*.

Além das legislações mencionadas, outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, também impactam a formação de professores de psicologia (Brasil, 2015; 2019).

Os futuros professores de psicologia devem ser capacitados para utilizar estratégias pedagógicas que facilitem essa mediação, promovendo a construção de conhecimento de forma colaborativa e contextualizada. A formação inicial também deve incluir a análise crítica das políticas educacionais e das práticas institucionais que impactam o ensino de psicologia. É essencial que os futuros professores desenvolvam uma compreensão crítica das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que influenciam a educação, para que possam atuar de maneira reflexiva e transformadora em suas práticas pedagógicas. Isso inclui a capacidade de identificar e desafiar práticas excludentes e discriminatórias, promovendo uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Este presente trabalho visa revisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores, com foco na preparação para a educação inclusiva. Serão abordadas as principais abordagens teóricas, com destaque para a perspectiva sócio-histórica de Lev Vygotsky, permitindo a análise de estudos realizados em diferentes contextos culturais e linguísticos. A integração da Psicologia do Desenvolvimento e da educação inclusiva na formação inicial de professores é essencial para preparar profissionais capacitados a criar ambientes de aprendizagem acolhedores e equitativos, que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

4.3 OBJETIVO GERAL

Analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

4.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Apresentar um breve histórico da Psicologia como ciência, destacando as principais abordagens teóricas e metodológicas que influenciaram a compreensão do desenvolvimento humano.
2. Traçar o desenvolvimento histórico, social e educacional da ideia de uma Educação Inclusiva, destacando os principais marcos legais e políticas públicas que regulamentam a inclusão no contexto educacional brasileiro.
3. Identificar as contribuições da Psicologia, especialmente da Psicologia do Desenvolvimento, para a promoção de práticas educacionais inclusivas, considerando a formação inicial de professores e as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP).
4. Discutir a relação entre a Psicologia do Desenvolvimento e a educação, destacando a importância da compreensão dos processos de desenvolvimento humano para a criação de ambientes de aprendizagem eficazes e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.
5. Investigar como a integração dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e dos princípios da educação inclusiva na formação inicial de professores pode contribuir para a preparação de profissionais capacitados a atuar em contextos educacionais inclusivos, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a equidade.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que visa sintetizar os conhecimentos existentes sobre as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva. A busca por estudos relevantes foi realizada nas principais bases de dados eletrônicas, como SciELO, ERIC, PsycINFO e Web of Science. Os descritores utilizados incluíram termos como "psicologia do desenvolvimento", "educação inclusiva", "formação de professores", "formação inicial docente", combinados por meio de operadores booleanos (AND, OR). A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas: (1) leitura dos títulos e resumos para identificar estudos potencialmente relevantes; (2) leitura completa dos textos selecionados na etapa anterior para determinar sua elegibilidade final.

6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos estudos empíricos (quantitativos, qualitativos ou mistos), artigos teóricos, revisões sistemáticas e metanálises publicados nos últimos 10 anos, nos idiomas português, inglês e espanhol. Além disso, foram considerados livros, documentos e apenas estudos publicados em revistas científicas classificadas nos estratos A1, A2, A3, A4, B1 e B2 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram excluídos estudos que não abordavam diretamente a relação entre psicologia do desenvolvimento, educação inclusiva e formação inicial de professores, bem como estudos publicados em revistas com classificação inferior a B2 no sistema Qualis da CAPES.

7 RESULTADOS

7.1 RELAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

A Psicologia do Desenvolvimento investiga as transformações comportamentais, cognitivas e emocionais que ocorrem ao longo da vida, considerando tanto os aspectos biológicos quanto os contextos sociais e culturais que influenciam esse desenvolvimento (Borges, 1987). Vygotsky (1989) considera a educação como um processo fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos indivíduos, destacando a influência significativa do contexto social e cultural na aprendizagem e no progresso cognitivo. A interação social desempenha um papel crucial na formação do pensamento e da aprendizagem, e a educação é vista como um processo de construção de significados, valores e conhecimentos, mediado pela interação social e cultural (Marques, 1993; Schönardie, 2014).

A compreensão dos processos de desenvolvimento humano é essencial para a criação de ambientes de aprendizagem eficazes e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Os

educadores que possuem conhecimentos sólidos sobre a Psicologia do Desenvolvimento estão mais bem preparados para planejar e implementar estratégias pedagógicas adequadas às diferentes fases do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos. Esses conhecimentos também auxiliam os professores a identificar possíveis dificuldades de aprendizagem e a propor intervenções que favoreçam o desenvolvimento pleno de cada estudante.

A Psicologia do Desenvolvimento fornece subsídios teóricos e práticos para a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, contribuindo para a formação de professores e para a qualificação das práticas educativas. Ao compreender como as crianças e adolescentes aprendem e se desenvolvem, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem mais adequados, que respeitem as características e necessidades de cada fase do desenvolvimento.

Além disso, a Psicologia do Desenvolvimento auxilia os professores a identificar e lidar com possíveis dificuldades de aprendizagem, transtornos do desenvolvimento e outras questões que podem afetar o desempenho escolar dos alunos. Conhecer os processos típicos de desenvolvimento, bem como os sinais de alerta para possíveis problemas, permite que os educadores façam encaminhamentos adequados e busquem estratégias de intervenção mais eficazes.

A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, em particular, tem contribuído significativamente para a compreensão da relação entre desenvolvimento e aprendizagem, destacando o papel da mediação social e cultural nesse processo. Para Vygotsky, a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento, e a interação com parceiros mais experientes, seja o professor ou os colegas, é fundamental para a construção de novos conhecimentos e o avanço das funções psicológicas superiores. Nesse sentido, a educação não é vista apenas como um processo de transmissão de conteúdos, mas como uma prática social complexa, que envolve a interação entre sujeitos, a mediação semiótica e a construção compartilhada de significados. O professor, nessa perspectiva, assume um papel fundamental como mediador entre o conhecimento culturalmente acumulado e o processo de aprendizagem dos alunos, criando situações desafiadoras e proporcionando o suporte necessário para que eles avancem em seu desenvolvimento.

Portanto, a integração dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento na formação de professores e nas práticas educativas é essencial para a promoção de uma educação de qualidade, que considere as especificidades de cada fase do desenvolvimento humano e valorize o papel ativo dos estudantes na construção de seus conhecimentos. Essa integração permite a criação de ambientes de aprendizagem mais ricos e estimulantes, que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos em suas múltiplas dimensões - cognitiva, afetiva, social e moral.

7.2 INTEGRAÇÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

A formação inicial de professores desempenha um papel crucial na preparação de profissionais capacitados para atuar em contextos inclusivos, promovendo ambientes de aprendizagem acolhedores e equitativos. Conforme destacado por Monte (2024), "as teorias psicológicas e educacionais em muitos aspectos se relacionam e contribuem para a prática educativa, tal como vivenciada em sala de aula". Ao compreender os processos de desenvolvimento humano, os futuros professores estarão mais aptos a planejar estratégias pedagógicas adequadas às diferentes fases do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos estudantes, promovendo assim a inclusão e o desenvolvimento pleno de todos os alunos (Oliveira & Almeida, 2023).

A integração dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e dos princípios da educação inclusiva na formação inicial de professores é fundamental para a preparação de profissionais capacitados a atuar em contextos educacionais inclusivos. Essa integração permite que os futuros docentes compreendam as especificidades do desenvolvimento de estudantes com diferentes características e necessidades, possibilitando a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Os cursos de formação inicial de professores devem proporcionar aos licenciandos uma sólida base teórica sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem, bem como sobre as diferentes necessidades educacionais especiais que podem ser encontradas em sala de aula. Além disso, é fundamental que os futuros professores tenham a oportunidade de vivenciar, durante sua formação, experiências práticas em contextos educacionais inclusivos, seja por meio de estágios supervisionados, projetos de extensão ou outras atividades que os coloquem em contato direto com a realidade escolar.

Nesse processo de formação, é importante que os licenciandos sejam estimulados a refletir criticamente sobre suas concepções e atitudes em relação à diversidade e à inclusão, questionando possíveis preconceitos e desenvolvendo uma postura ética e comprometida com a garantia do direito de todos à educação. A formação inicial deve também capacitar os futuros professores a utilizar estratégias pedagógicas diversificadas, que atendam às diferentes formas de aprender e se expressar dos alunos, bem como a adaptar currículos, materiais e avaliações quando necessário.

Além dos conhecimentos específicos sobre desenvolvimento, aprendizagem e inclusão, é fundamental que a formação inicial de professores promova o desenvolvimento de habilidades relacionais e comunicativas, essenciais para o trabalho com a diversidade em sala de aula. Os futuros docentes devem ser preparados para estabelecer vínculos positivos com os alunos, para mediar conflitos e para trabalhar em parceria com as famílias e com outros profissionais da educação e da saúde, visando ao pleno desenvolvimento e à inclusão de todos os estudantes.

Portanto, a integração da Psicologia do Desenvolvimento e da educação inclusiva na formação inicial de professores é um aspecto central para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade. Ao articular conhecimentos teóricos e práticos, ao promover a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências específicas, essa formação capacita os futuros docentes a atuar de forma efetiva na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os alunos, respeitando suas singularidades e garantindo seu direito à educação.

7.3 ABORDAGEM DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

A Psicologia do Desenvolvimento é abordada de forma limitada e fragmentada nos currículos de formação inicial de professores. Em muitos casos, os conteúdos relacionados ao desenvolvimento humano são tratados de maneira superficial ou desarticulada das práticas pedagógicas. Nos cursos de licenciatura em Psicologia, observa-se uma ênfase maior nos aspectos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento, mas ainda há lacunas significativas na integração desses conhecimentos com a prática docente e a educação inclusiva.

De acordo com os estudos de Böger e Carvalho (2021) a disciplina de Psicologia da Educação, geralmente responsável por abordar os conteúdos da Psicologia do Desenvolvimento nos cursos de formação de professores, muitas vezes apresenta uma carga horária reduzida e uma abordagem predominantemente teórica, com pouca articulação com as demais disciplinas pedagógicas e com a realidade escolar. Além disso, os conteúdos tendem a ser apresentados de forma linear e fragmentada, sem uma visão integrada dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Essa abordagem limitada e descontextualizada da Psicologia do Desenvolvimento nos currículos de formação docente pode levar a uma compreensão superficial e estereotipada dos processos de desenvolvimento humano, dificultando a transposição desses conhecimentos para a prática pedagógica. Os futuros professores podem ter dificuldades em reconhecer as especificidades de cada fase do desenvolvimento, em identificar possíveis dificuldades de aprendizagem e em planejar estratégias de ensino adequadas às características e necessidades dos alunos.

Nos cursos de licenciatura em Psicologia, embora haja uma carga horária maior dedicada aos conteúdos da Psicologia do Desenvolvimento, observa-se ainda uma ênfase nos aspectos teóricos, com pouca articulação com a prática docente e com as questões educacionais contemporâneas, como a inclusão e a diversidade. Os licenciandos em Psicologia, muitas vezes, têm poucas oportunidades de vivenciar experiências práticas em contextos educacionais reais, o que dificulta a integração dos conhecimentos teóricos com a realidade escolar.

Diante dessas lacunas, é fundamental que os currículos de formação inicial de professores sejam revistos e aprimorados, de modo a garantir uma abordagem mais aprofundada, contextualizada e articulada da Psicologia do Desenvolvimento. Os conteúdos devem ser trabalhados de forma integrada com as demais disciplinas pedagógicas, proporcionando uma visão mais ampla e sistêmica dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Além disso, é necessário que a formação docente proporcione mais oportunidades de vivência prática em contextos educacionais diversos, permitindo que os futuros professores observem, analisem e intervenham em situações reais de ensino e aprendizagem. Essas experiências práticas devem ser acompanhadas de uma reflexão crítica e fundamentada, que articule os conhecimentos teóricos com a realidade escolar e com os desafios da educação contemporânea.

Portanto, para que a Psicologia do Desenvolvimento possa efetivamente contribuir para a formação de professores capazes de atuar em uma perspectiva inclusiva e de promover o desenvolvimento integral dos alunos, é necessário repensar a forma como esses conteúdos são abordados nos currículos de formação docente. Uma abordagem mais integrada, contextualizada e articulada com a prática pedagógica é essencial para que os futuros professores possam compreender e intervir de forma adequada nos processos de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

8 PRÁTICAS INCLUSIVAS

As práticas inclusivas têm como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, necessidades especiais ou origem social. Para abordar de forma adequada os alunos com deficiência (PCDs), é necessário adotar estratégias pedagógicas diversificadas e flexíveis, que atendam às especificidades de cada estudante.

Algumas práticas inclusivas essenciais incluem a realização de adaptações curriculares, que envolvem a modificação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliações, de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência. O uso de recursos de tecnologia assistiva, como softwares de comunicação alternativa, lupas eletrônicas e materiais em Braille, também é fundamental para promover a acessibilidade e a participação desses estudantes nas atividades escolares.

Além disso, é importante que os professores adotem metodologias de ensino flexíveis e diversificadas, que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos. Estratégias como a aprendizagem cooperativa, o ensino diferenciado e o uso de múltiplas formas de representação do conhecimento podem contribuir para a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. As avaliações também devem ser adaptadas, levando em consideração as habilidades e potencialidades de cada estudante, e oferecendo diferentes formas de demonstração do aprendizado (Glat & Pletsch, 2011).

Para abordar de forma adequada os alunos com deficiência intelectual, por exemplo, é necessário que o professor compreenda as características dessa condição e as possíveis implicações para o processo de aprendizagem. Algumas estratégias inclusivas para esses estudantes incluem a utilização de materiais concretos e visuais, a divisão das tarefas em etapas menores, a valorização das habilidades e interesses individuais, e o estabelecimento de uma rotina estruturada e previsível em sala de aula. Já para os alunos com deficiência visual, é fundamental garantir a acessibilidade dos materiais didáticos, por meio da utilização de recursos como livros em Braille, audiolivros, ampliações e descrições verbais de imagens e vídeos. O professor deve também verbalizar as informações escritas na lousa e fornecer orientações claras e precisas sobre as atividades a serem realizadas. O uso de materiais táteis, como mapas e maquetes, pode facilitar a compreensão de conceitos abstratos.

No caso dos estudantes com deficiência auditiva, é essencial que o professor esteja atento à forma de comunicação preferencial do aluno, seja por meio da língua de sinais, da leitura labial ou da escrita. A utilização de recursos visuais, como slides, esquemas e vídeos legendados, pode facilitar o acesso às informações. Além disso, é importante que o professor fale de forma clara e pausada, evitando ficar de costas para a turma, e que verifique a compreensão do aluno com deficiência auditiva ao longo da aula. Além das adaptações específicas para cada tipo de deficiência, é fundamental que a escola como um todo esteja comprometida com a construção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e combata qualquer forma de discriminação. Isso envolve a formação continuada dos professores, a adequação da infraestrutura física e a sensibilização de toda a comunidade escolar para a importância da inclusão.

Portanto, as práticas inclusivas devem ser pensadas de forma abrangente e sistêmica, considerando as especificidades de cada estudante e promovendo a sua participação e aprendizagem. A adoção de estratégias pedagógicas diversificadas, o uso de recursos de acessibilidade e a construção de uma cultura escolar acolhedora são elementos essenciais para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva, que garanta o direito de todos à educação de qualidade.

9 DESAFIOS PARA A INCLUSÃO E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios, que precisam ser superados para garantir o pleno acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes. Um dos principais desafios é a falta de formação adequada dos professores para lidar com a diversidade e atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Muitos docentes não se sentem preparados para trabalhar com esses estudantes, o que pode comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (Carvalho, 2014).

Para superar esse desafio, é necessário investir na formação continuada dos professores, oferecendo cursos, workshops e programas de capacitação voltados para a educação inclusiva. Esses espaços de formação devem abordar temas como estratégias pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e práticas de ensino diferenciado. Além disso, é importante que a formação docente seja pautada na reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e na troca de experiências entre os profissionais.

Outro desafio significativo é a escassez de recursos e materiais adaptados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Muitas escolas não dispõem de infraestrutura adequada, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis, o que dificulta a participação e o aprendizado desses alunos. Para enfrentar essa questão, é fundamental que haja um maior investimento por parte do poder público e das instituições de ensino na aquisição e disponibilização desses recursos.

Além disso, a resistência a mudanças nas práticas pedagógicas e as barreiras atitudinais também se configuram como desafios para a inclusão. Alguns professores e membros da comunidade escolar ainda apresentam preconceitos e atitudes discriminatórias em relação aos estudantes com deficiência, o que pode gerar exclusão e prejudicar o processo de aprendizagem. É necessário promover ações de sensibilização e conscientização, visando à desconstrução de estereótipos e à valorização da diversidade.

10 DISCUSSÃO

A análise dos resultados evidencia a importância da compreensão dos processos de desenvolvimento humano, investigados pela Psicologia do Desenvolvimento, para a criação de ambientes de aprendizagem eficazes e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, destacada por Schönardie (2014) e Marques (1993), ressalta a influência do contexto social e cultural na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, enfatizando o papel crucial da interação social na formação do pensamento e da aprendizagem.

Os resultados também apontam para a necessidade de uma integração mais efetiva dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e dos princípios da educação inclusiva na formação inicial de professores. Conforme destacado por Oliveira e Almeida (2023), essa integração é fundamental para a preparação de profissionais capacitados a atuar em contextos educacionais inclusivos, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a equidade.

No entanto, os estudos de Böger e Carvalho (2021) revelam que a abordagem da Psicologia do Desenvolvimento nos currículos de formação inicial de professores ainda enfrenta desafios, como a fragmentação dos conteúdos e a desarticulação entre teoria e prática. Esses achados reforçam a

necessidade de uma revisão e aprimoramento dos currículos, buscando uma integração mais contextualizada e articulada dos conhecimentos psicológicos com a prática pedagógica.

Os resultados também evidenciam a importância das práticas inclusivas para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais ou necessidades especiais. Glat e Pletsch (2011) destacam a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas, o uso de recursos de acessibilidade e a construção de uma cultura escolar acolhedora como elementos essenciais para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, os resultados apontam para a persistência de desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos e materiais adaptados, e as barreiras atitudinais, conforme destacado por Carvalho (2014). Esses desafios reforçam a necessidade de um esforço conjunto entre poder público, instituições formadoras, profissionais da educação e sociedade civil para a construção de uma formação docente sólida, crítica e comprometida com a inclusão.

Os resultados deste estudo avançam em relação às pesquisas anteriores ao evidenciar a necessidade de uma abordagem mais integrada e contextualizada da Psicologia do Desenvolvimento na formação inicial de professores, articulada com os princípios da educação inclusiva. Enquanto estudos como os de Borges (1987) e Vygotsky (2009) já destacavam a importância da compreensão dos processos de desenvolvimento humano para a educação, este trabalho amplia essa discussão ao enfatizar a necessidade de preparar os futuros docentes para atuar em contextos educacionais inclusivos.

Além disso, ao abordar os desafios enfrentados na implementação efetiva da educação inclusiva, como a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos, este estudo corrobora e aprofunda os achados de pesquisas anteriores, como as de Carvalho (2014) e Glat e Pletsch (2011). Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas e ações institucionais que garantam as condições necessárias para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Portanto, os resultados deste estudo contribuem para o avanço do conhecimento na área ao evidenciar a importância de uma formação inicial de professores que integre os conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e os princípios da educação inclusiva de forma crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social. Essa abordagem é essencial para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, que garanta o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

11 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa da literatura buscou analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva. Os resultados evidenciaram a importância da compreensão dos processos de desenvolvimento humano para a criação de ambientes de aprendizagem eficazes e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

A integração dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e dos princípios da educação inclusiva na formação inicial de professores mostrou-se fundamental para a preparação de profissionais capacitados a atuar em contextos educacionais inclusivos, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a equidade. No entanto, os estudos analisados também revelaram lacunas na abordagem da Psicologia do Desenvolvimento nos currículos de formação docente, com uma ênfase excessiva nos aspectos teóricos e uma desarticulação entre teoria e prática.

Nesse sentido, este trabalho avança em relação às pesquisas anteriores ao evidenciar a necessidade de uma abordagem mais integrada e contextualizada da Psicologia do Desenvolvimento na formação inicial de professores, articulada com os princípios da educação inclusiva. Essa abordagem é essencial para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, que garanta o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, é importante reconhecer algumas limitações deste estudo. A revisão integrativa da literatura, apesar de abrangente, pode não ter capturado todos os estudos relevantes sobre o tema. Outra limitação refere-se à escassez de estudos empíricos que investiguem diretamente a efetividade da integração da Psicologia do Desenvolvimento e da educação inclusiva na formação inicial de professores. A maioria dos estudos analisados eram de natureza teórica ou de revisão, o que aponta para a necessidade de mais pesquisas que avaliem o impacto dessa integração na prática pedagógica e nos resultados de aprendizagem dos estudantes.

Apesar dessas limitações, este trabalho contribui para o avanço do conhecimento na área ao sintetizar as principais contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva e ao apontar caminhos para o aprimoramento dos currículos de formação docente. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar políticas públicas e ações institucionais voltadas para a construção de uma formação inicial de professores mais sólida, crítica e comprometida com a inclusão e a equidade.

Por fim, sugere-se que estudos futuros investiguem a efetividade de diferentes estratégias de integração da Psicologia do Desenvolvimento e da educação inclusiva na formação inicial de professores, por meio de delineamentos experimentais. Além disso, é importante que pesquisas

qualitativas explorem as percepções e experiências de professores em formação e de docentes já atuantes sobre a relevância desses conhecimentos para a prática pedagógica inclusiva.

Somente por meio de uma formação docente sólida, crítica e comprometida com a inclusão será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, que acolha e valorize a diversidade, promovendo o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. A Psicologia do Desenvolvimento, em articulação com os princípios da educação inclusiva, tem muito a contribuir para esse processo, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a criação de ambientes de aprendizagem mais equitativos e acolhedores.

REFERÊNCIAS

- Ainscow, M. (2009). Developing inclusive education systems: What are the levers for change? In P. Hick & G. Thomas (Eds.), *Inclusion and diversity in education*. Sage.
- Araujo, S. (2020). O passado e o futuro da psicologia experimental: Contribuições de Fechner, Wundt e James. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 14(3), 23-43.
- Becker, F. (2017). Paulo Freire e Jean Piaget: Teoria e prática. Böger, S. D., & Carvalho, D. C. (2021). Os estudos sobre a criança no início do século XX: Entrelaçamentos entre psicologia e educação no Brasil. *Teoria e Prática da Educação*.
- Borges, M. I. (1987). *Introdução à psicologia do desenvolvimento*.
- Brasil. (1962). Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*.
- Brasil. (2011). Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Brasil. (2015). Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2019). Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*.
- Cândido, G. V., & Massimi, M. (2016). Psicologia como ciência do comportamento na atuação e obra de Carolina Martuscelli Bori: Décadas de 1950 e 1960. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 8, 30-38.
- Carvalho, R. E. (2014). Educação inclusiva: Com os pingos nos "is". *Mediação*.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Psicologia escolar e educacional: Contribuições para a educação inclusiva*.
- Glat, R., & Pletsch, M. D. (2011). *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais*. EdUERJ.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.

- Marques, M. O. (1993). *Conhecimento e modernidade em reconstrução*. Ed. Unijuí.
- Martins, L. M. (2022a). A formação inicial de professores à luz da psicologia histórico-cultural. *Obutchénie*.
- Martins, L. M. (2022b). A psicologia histórico-cultural e a formação de professores: Fundamentos e estratégias para uma educação desenvolvente. *Psicologia Escolar e Educacional*, 26, e226051. <https://doi.org/10.1590/2175-35392022226051>
- Melo, L. C. (2022). Resumo - Vivência e constituição de sentidos sobre a educação: Um estudo com jovens egressos do ensino médio (Tese de Doutorado em Psicologia). *Revista Obutchénie*.
- Monte, F. R. (2024). Formação de professores e psicologia: Explorando a integração entre teorias psicológicas e educação. *Psicologia: Teoria e Prática*.
- Mori, N. N. R. (2016). Psicologia e educação inclusiva: Ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. *Acta Scientiarum. Education*, 38(1), 51-59.
- Oliveira, J. F., & Almeida, L. R. (2023). A noção de competência como instrumento desarticulador da formação política e científica dos professores. *Educação & Sociedade*.
- Oliveira, J. F., & Moreira, A. F. B. (2020). Trajetórias histórico-políticas da formação inicial de professores da educação básica no Brasil. *Educação & Realidade*.
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*.
- Schönardie, P. A. (2014). O processo educativo na perspectiva histórico-cultural. *Revista Contexto & Educação*, 29(93), 4-21.
- Strapasson, B. A., & Carvalho Neto, M. B. (2021). Notas sobre o uso do controle aversivo e o conceito de punição no behaviorismo de John B. Watson. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais*.
- Vygotsky, L. S. (2009). *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes.